



TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

RESOLUÇÃO Nº 21.054

CONSULTA Nº 772 - CLASSE 5ª - DISTRITO FEDERAL (Brasília)

Relator: Ministro Fernando Neves.

Consulente: Wigberto Ferreira Tartuce, deputado federal

A aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração e, portanto, não encontra obstáculo na proibição contida no art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504, de 1997.

Vistos, etc.,

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade, responder negativamente à consulta, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.

Brasília, de abril de 2002.

Ministro SEPÚLVEDA PERTENCE, presidente em exercício

Ministro FERNANDO NEVES, relator

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO FERNANDO NEVES: Sr. Presidente, trata-se de consulta formulada pelo Deputado Federal Wigberto Ferreira Tartuce, nos seguintes termos (fl. 2):

"O dispositivo de que trata o inciso VIII do artigo 73 da Lei 9.504/97, reiterado na Instrução nº 52 (resolução TSE nº 20.890/01), relativo à impossibilidade de ser concedida revisão geral da remuneração dos servidores públicos (art. 37, X, CF), nos termos que indica, inibe a aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores?".

Instada a se manifestar, a douta Assessoria Especial da Presidência - AESP assim opinou (fls. 8-12):

"(...)

2. Compete ao TSE responder às consultas que versarem sobre matéria eleitoral, formuladas em tese, por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de Partido Político, *ut* art. 23, XII, do CE.

3. A consulta de que se cuida é formulada por autoridade competente e está formulada em tese. No entanto, versa sobre questão que analisada no rigor do disposto no inciso XII do art. 23, do Código Eleitoral, não se caracteriza como matéria eleitoral. Se assim entender V. Exa., sugerimos o não conhecimento da consulta.

4. De outra forma, por tratar-se questão afeta às resoluções que regulamentam as eleições de 2002, caso entenda V. Exa., sugerimos o seu conhecimento, no intuito de esclarecer questões que possam surgir sobre o tema.

5. Por ocasião da publicação da Res/TSE nº 20.890/2001 (Calendário Eleitoral da Eleição de 2002) e ainda, em vista da Res./TSE nº 20.988/2001 (que regulamenta a propaganda eleitoral da Eleição de 2002), o TSE estabeleceu as condutas vedadas aos agentes públicos, conforme se vê:

'Art. 36. São proibidas aos agentes públicos, servidores ou não, as seguintes condutas tendentes a afetar a igualdade de oportunidades entre candidatos nos pleitos eleitorais (Lei nº 9.504, art. 73, caput, I a VIII):

...

VIII — fazer, na circunscrição do pleito, revisão geral de remuneração dos servidores públicos que exceda a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 9 de abril. De 2002 e até a posse dos eleitos’.

6. Destaque-se que a lei eleitoral veda a **revisão geral de remuneração dos servidores públicos**, desde seis meses antes da eleição até a data da posse dos eleitos (inc. VIII do art. 73).

7. A pergunta lançada nos autos prende-se em saber se o citado dispositivo (inciso VIII do art. 73, L. 9504/97) veda a aprovação, por via legislativa, de **proposta de reestruturação de carreira de servidores**. Desde logo, ressaltamos o entendimento no sentido de que a proposta de reestruturação de carreira não se confunde com a revisão geral de remuneração dos servidores públicos prevista na Lei nº 9.504/97. Quanto à diferenciação apontada, destacamos entendimento do Superior Tribunal de Justiça, conforme mostra a ementa do acórdão:

‘ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. LEI DE EFEITO CONCRETO. ISONOMIA DE VENCIMENTOS. IDENTIDADE DE FUNÇÕES. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. MANDADO DE SEGURANÇA.

1. Doutrina e jurisprudência afastam a possibilidade da impetração do Mandado de Segurança contra lei em tese; cabível, entretanto, contra ato normativo de efeitos concretos e decisórios, que supostamente exclui os impetrantes da incidência igualitária de aumento ou gratificação.

2. **Concedida, exclusivamente, a determinada categoria, a vantagem perseguida não pode ser considerada revisão geral de remuneração.** Identidade de funções não demonstrada.

3. O Mandado de Segurança é ação de rito sumário, sem dilação probatória. O direito invocado, para ser amparado, há que vir expresso em norma legal, e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante.

4. Recurso não provido.’ (grifamos)

(Recurso Ordinário em MS nº 11.126 — PR, rel. Min. Edson Vidigal, DJ de 11.06.2001)

8. Trazemos, a fim de corroborar com a idéia e para melhor análise, conceito de **revisão geral**, nos termos dispostos no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, construído pelo eminente Prof. Celso Ribeiro Bastos¹, o qual transcrevemos:

'Por revisão geral deve-se entender aquele aumento que é concedido em razão de perda do poder aquisitivo da moeda. Não visa a corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de determinadas carreiras mercê de alterações ocorridas no próprio mercado de trabalho, nem objetiva contraprestar pecuniariamente níveis superiores de responsabilidades advindas de reestruturações ou reclassificações funcionais. Restam, portanto, abertas as portas para esse tipo de aumento restrito aos cargos e carreiras especificamente atingidos por estas medidas'.

9. Diz o inciso X do art. 37 da Constituição Federal Brasileira, *verbis*:

'Art. 37. A Administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

...

X — a remuneração dos servidores públicos e o subsídio de que trata o § 4º do art. 39 somente poderão ser fixados ou alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices'.

10. A **revisão geral de remuneração** tem caráter da generalidade, abrangência em sua denominação, à todos os servidores públicos federais. Nesse sentido destacamos o entendimento do Supremo Tribunal Federal, como se vê da ementa do acórdão:

'RECURSO ORDINÁRIO — PRAZO — MANDADO DE SEGURANÇA — SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. O silêncio da legislação sobre o prazo referente ao recurso ordinário contra decisões denegatórias de segurança, ou a estas equivalentes, como é o caso, da que tenha implicado a extinção do processo sem julgamento do mérito — mandado de segurança nº 21.112-1/PR (AGRG), relatado pelo Ministro Celso de Mello, perante o Plenário, cujo acórdão foi publicado no Diário de Justiça de 29 de

¹ Bastos, Celso Ribeiro, 1938— Comentários à Constituição do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1998 / Celso Ribeiro Bastos, Ives Gandra Martins.— São Paulo: Saraiva, 1988 — Tomo III.

junho de 1990, à página 6.220 — é conducente à aplicação analógica do artigo 33 da Lei nº 8.038/90. A oportunidade do citado recurso submete-se à dilação de quinze dias.

REVISÃO DE VENCIMENTOS — ISONOMIA. "a revisão geral de remuneração dos servidores públicos, sem distinção de índices entre servidores públicos civis e militares, far-se-á sempre na mesma data" — inciso X — sendo irredutíveis, sob o ângulo não simplesmente da forma (valor nominal), mas real (poder aquisitivo) os vencimentos dos servidores públicos civis e militares — inciso XV, ambos do artigo 37 da Constituição Federal'. (ROMS nº 22.307-7/DF, DJ de 13.06.97).

11. Nesse sentido, trazemos enumeradas as leis nºs 8.880/1994 (*dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor — URV e dá outras providências*) e 10.331/2001 (*regulamenta o inciso X do art. 37 da Constituição*), que tratam de revisão geral de remunerações a atingir todos os servidores públicos federais nas esferas legislativa, executiva e judiciária, autarquias e fundações públicas federais. Vê-se o caráter geral da regulamentação na revisão geral de remuneração, pois atinge a todos os servidores federais (art. 37, inciso X da CF). Entendemos que a vedação de que trata o inciso VIII do art. 73 da Lei nº 9.504/97, aplica-se ao caso referido.

12. Desse modo, entendemos que a vedação do inciso VIII do art. 73 da Lei Eleitoral não atinge eventual proposta de reestruturação de carreira de servidores, por se tratar de um seguimento isolado, de reestruturação de determinada carreira, como diz a própria denominação, conclusão esta arrimada nos textos dos Tribunais e na Doutrina.

13. É a informação, à consideração de V. Exa".

É o relatório.

VOTO

O SENHOR MINISTRO FERNANDO NEVES (relator): Sr. Presidente, creio assistir razão à AESP quando sustenta, com apoio na doutrina e na jurisprudência, que a aprovação, pela via legislativa, de proposta de reestruturação de carreira de servidores não se confunde com revisão geral de remuneração e, portanto, não encontra obstáculo na proibição contida no art. 73, inciso VIII, da Lei nº 9.504, de 1997.

A primeira, reestruturação da carreira de servidores, tem natureza particular e atinge apenas determinada parcela do funcionalismo público, considerando suas características próprias e necessidades.

Já a segunda, revisão geral de remuneração, deve-se entender como escreveu o professor Celso Ribeiro Bastos em seus Comentários à Constituição do Brasil, como sendo o aumento concedido em razão do poder aquisitivo da moeda e que não tem por objetivo corrigir situações de injustiça ou de necessidade de revalorização profissional de determinadas carreiras, mercê de alterações ocorridas no próprio mercado de trabalho ou no serviço.

Por isso, voto por que se responda não à pergunta do Deputado Wigberto Tartuce.

EXTRATO DA ATA

Cta nº 772 - DF. Relator: Ministro Fernando Neves. Consulente: Wigberto Ferreira Tartuce, deputado federal.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, respondeu negativamente à consulta, nos termos do voto do relator.

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Sepúlveda Pertence. Presentes a Sra. Ministra Ellen Gracie, os Srs. Ministros Carlos Velloso, Sávio de Figueiredo, Barros Monteiro, Fernando Neves, Caputo Bastos e o Dr. Paulo da Rocha Campos, vice-procurador-geral eleitoral.

SESSÃO DE 2.4.02.